

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.777 - PR (2019/0196248-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : PEDRO GAMBINI
AGRAVANTE : MARIA RAQUEL BOSSA GAMBINI
AGRAVANTE : SERGIO GAMBINI
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA - PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FABIO BERTOGLIO - PR036424
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FABIULA MULLER KOENIG - PR022819
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - PR056918
NORIMAR CHARLAU OKU - PR067243
TAMIRES MARQUES CHAVES - PR070419

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). EMBARGOS À EXECUÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. PRORROGAÇÃO DE DÉBITOS. FATORES EXTRÍNSECOS. NÃO DEMONSTRADOS OS REQUISITOS. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME. SÚMULA 7 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PACTUAÇÃO EXPRESSA RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. COBRANÇA DE ENCARGOS MORATÓRIOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO FEDERAL VIOLADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por PEDRO GAMBINI e OUTROS de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 801/802). :

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, SENTENÇA

Superior Tribunal de Justiça

DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DOS EMBARGANTES. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO A LIMITAÇÃO DA MULTA EM 2% AO MÊS E EXCLUSÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. PEDIDOS ACOLHIDOS EM PRIMEIRO GRAU. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPERTINÊNCIA. MATÉRIA DE DIREITO COM SOLUÇÃO VIA DOCUMENTOS DOS AUTOS. PRELIMINAR REJEITADA. PRETENSÃO DE INCIDÊNCIA O CDC. ACOLHIMENTO. SÚMULA 297 DO STJ. PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA. NÃO CABIMENTO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS NO PERÍODO DE NORMALIDADE. ADMISSÃO NA PERIODICIDADE SEMESTRAL. SÚMULA 93 STJ. CLÁUSULA PERMISSIVA. MANUTENÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO PROVIMENTO. AUSÊNCIA DE COBRANÇAS ABUSIVAS. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA MANTIDO. APELO DO EMBARGADO. RECURSO NÃO CONHECIDO. INSURGÊNCIA ÀS MATÉRIAS NÃO JULGADAS DE FORMA DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. BINÔMIO NECESSIDADE UTILIDADE NÃO CONFIGURADO. APELAÇÃO CÍVEL DOS EMBARGANTES PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL DO EMBARGADO NÃO CONHECIDA.

Nas razões do recurso especial, as partes recorrentes, além de divergência jurisprudencial, apontaram violação dos arts. 370 e 371 do Código de Processo Civil. Sustentaram o cerceamento de defesa, alegando que *"os Magistrados possuírem a faculdade de julgar antecipadamente a lide, essa sua prerrogativa não pode impedir os Recorrentes de exercerem o seu direito de produzir provas necessárias que são imprescindíveis para comprovar os fatos alegados na inicial como a frustração de safras e mercado/receitas ocorrida com os Recorrentes que lhes dá direito à prorrogação compulsória da dívida."* (e-STJ, fls. 616/617). Ressaltam que *"no presente caso, ficou configurado o cerceamento de defesa na medida em que as instâncias inferiores inexplicavelmente dispensaram a realização da prova pericial requerida pelos ora Recorrentes, pugnando pelo julgamento antecipado da lide nestas circunstâncias mesmo tendo decidido que o pedido de prorrogação da dívida*

Superior Tribunal de Justiça

seria improcedente por insuficiência de provas" (e-STJ, fls. 619).

Alegam violação dos arts. 14 da Lei 4.829/65 e 13 do Decreto Lei 167/67 e 50 da Lei de Política Agrícola, pois o *"Tribunal a quo entendeu que os Recorrentes/Agricultores supostamente não teriam direito à prorrogação provisória do vencimento de seu débito, pois supostamente não teria sido comprovado o preenchimento dos requisitos legais; contudo, como bem asseverado na Apelação interposta, os Recorrentes anexaram todos os documentos possíveis apara comprovação do preenchimento dos requisitos legais que confirmam as dificuldades enfrentadas por todos os produtores rurais da região"* (e-STJ, fls. 620). Esclarece que *"nas hipóteses em que a capacidade de pagamento do produtor for aviltada por fatores extrínsecos, como quebra de safra ou dificuldades de comercialização, a prorrogação é medida que se impõe, tanto que os próprios títulos de crédito rural foram criados para comportar a alteração do cronograma de pagamento, senão vejamos o que diz o art. 13 do Decreto-lei 167/67"* (e-STJ, fls. 622)

Sustentam dissídio jurisprudencial quanto à impossibilidade de capitalização composta de juros mensalmente, uma vez que não encontra-se pactuada bem como *"não se pode perder de vista que sua cobrança não poderá ser efetuada, afora tudo o que já foi exposto, pelo fato de não ter havido contratação específica de cobrança semestral de juros sobre juros compostos, sendo que os contratos nem ao menos mencionam o termo capitalização semestral composta, ou qualquer termo sinônimo ou cognato"* (e-STJ, fl. 626/627).

Novamente os recorrentes suscitam divergência jurisprudencial quanto à impossibilidade de cobrança de encargos moratórios em razão da majoração ilícita promovida pela recorrida no contrato rural (e-STJ, fl. 629).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls.705/713).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 715/719), o que ensejou a interposição do presente recurso.

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 722/757).

Superior Tribunal de Justiça

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

No que diz respeito ao cerceamento de defesa, o Tribunal de origem concluiu pela desnecessidade da prova pericial, assim se manifestou (e-STJ, fls. 595/596):

Portanto, presentes nos autos elementos suficientes para o convencimento, em virtude de que a matéria fática restou incontroversa, desnecessária a realização de prova pericial ou qualquer outro ato instrutório.

É o caso dos autos.

Pretenderam os embargantes produção de provas para apurar a sua real capacidade de pagamento da dívida, comprovando a frustração de safras em decorrência dos baixos preços de comercialização dos produtos e, assim, conquistar o alongamento da dívida.

Ora, não cumpre ao perito julgar a capacidade econômica da parte, não tendo utilidade quando a matéria é exclusivamente de direito.

Afinal, para conceder a prorrogação da dívida, é necessário o preenchimento de requisitos objetivos, como adiante se verá, sendo dispensável outra prova.

Além disso, como alerta Diddier, "a perícia é prova onerosa, complexa e demorada. Por isso, só deve ser admitida quando imprescindível para a elucidação dos fatos de forma mais simples e menos custosa, a perícia deve ser dispensada" (Curso de Direito Processual Civil, Ed.

Juspodvim, 2007, vol. 02, p. 186).

Afasto, assim, a alegação de nulidade da sentença, vez que não vislumbro negativa de produção de prova útil/indispensável para o bom conhecimento da matéria.

Verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a necessidade de produção de determinadas provas submete-se ao princípio do livre convencimento do juiz, razão pela qual o acolhimento da irresignação esbarra no óbice previsto na Súmula n. 7/STJ. Ademais, o princípio da

Superior Tribunal de Justiça

persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (art. 131 do CPC) consigna caber ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos a sua devida valoração. Assim, o Magistrado, nos termos do disposto nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, é o destinatário da prova cabendo a ele, de ofício ou a pedido da parte, determinar a realização das provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias com o fito de construir seu convencimento, ante a aplicação da causa madura.

Dessa forma, restou expressamente consignado no acórdão do Tribunal de origem que não há cerceamento de defesa, pois é desnecessária a produção de provas para o deslinde da controvérsia.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO. COMPRA E VENDA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 186, 402, 476 E 1.228 DO CÓDIGO CIVIL E AO ART. 267, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 282/STF. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissos, contraditório ou obscuro.

Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. Não há falar em cerceamento de defesa em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas nos autos, porquanto no nosso sistema processual o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do art. 131 do Código de Processo Civil, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

3. No caso, é inviável fazer análise quanto à necessidade de

Superior Tribunal de Justiça

produção de prova testemunhal e pericial, haja vista demandar a incursão nos elementos fático-probatórios dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. As questões amparadas no conteúdo dos arts. 186, 402, 476 e 1.228 do Código Civil e do art. 267, VI, do CPC/1973 não foram apreciadas pelo Tribunal a quo, tampouco foram alvo dos embargos declaratórios opostos para sanar eventual omissão. Dessa forma, tais matérias não merecem ser conhecidas por esta Corte, ante a ausência do indispensável prequestionamento. Aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula 282 do STF.

5. A condenação por litigância de má-fé foi imposta pelo Tribunal local a partir dos elementos fáticos e peculiares concernentes à lide examinada, de forma que a revisão do seu entendimento em sede de recurso especial esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.

6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1397216/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. DECADÊNCIA. FRAGILIDADE DA OBRA. REEXAME. MATÉRIA DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA ILÍQUIDA. PEDIDO CERTO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE 1. Não é possível o conhecimento de recurso especial quando visa reformar entendimento do Tribunal local que, baseado na prova pericial produzida, concluiu que os vícios de construção eram relativos à fragilidade da obra.

Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, o que atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Revertal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Não se pode falar em julgamento extra petita, pois o órgão julgador não afrontou os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa da

Superior Tribunal de Justiça

requerida, tendo sido respeitado o princípio da congruência.

4. A circunstância de o autor haver formulado pedido certo não impede que o magistrado remeta as partes para a liquidação de sentença, se estiver diante de um quadro probatório insuficiente.

5. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 889.302/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017)

Nesse sentido, a avaliação da alegada insuficiência dos elementos probatórios e da necessidade de produção de outras provas, demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial.

Quanto à alegação de que os recorrentes teriam direito à prorrogação de seus débitos, assim se pronunciou o Tribunal de origem (e-STJ, fl. 599):

A sentença foi no sentido de que os embargantes não comprovaram o cumprimento dos requisitos administrativos para a demonstração da frustração da safra. - A decisão deve ser mantida.

Nesse aspecto, anoto que a concessão do benefício só é admitida quando o produtor rural satisfaz todos os requisitos exigidos pela legislação específica, que se encontram disciplinados no Manual de Crédito Rural, item 2.6.9 e na Lei nº 4.829/65.

(...)

Pretendem os apelantes alterar o termo final de quitação da dívida, contudo, limitam-se a elencar leis e resoluções que seriam aplicáveis ao caso e deixam de demonstrar o cumprimento das condições previamente determinadas em lei.

Em verdade, seria necessário que os insurgentes trouxessem aos autos elementos que apontassem para a efetiva presença, no caso concreto, de alguma das hipóteses de prorrogação da dívida, não havendo como se entender que as dificuldades do setor agrícola implicariam, por si só, em enquadramento nos pressupostos de prorrogação.

Superior Tribunal de Justiça

Os autores afirmam de forma vaga, genérica e imprecisa a frustração de safras e queda nas receitas, motivo pelo qual impossível afirmar a presença dos requisitos necessários à prorrogação da dívida.

Assim, elidir as conclusões do acórdão recorrido para concluir de forma diversa que *"os Recorrentes anexaram todos os documentos possíveis apara comprovação do preenchimento dos requisitos legais que confirmam as dificuldades enfrentadas por todos os produtores rurais da região"* (e-STJ, fls. 620) , como requerem os recorrentes nas razões do recurso especial, demandaria o o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

No que diz respeito ao dissídio jurisprudencial quanto à impossibilidade de capitalização composta de juros mensalmente, uma vez que não encontra-se pactuada bem como *"não se pode perder de vista que sua cobrança não poderá ser efetuada, afora tudo o que já foi exposto, pelo fato de não ter havido contratação específica de cobrança semestral de juros sobre juros compostos, sendo que os contratos nem ao menos mencionam o termo capitalização semestral composta, ou qualquer termo sinônimo ou cognato"* (e-STJ, fl. 626/627), o acórdão ora impugnado concluiu pela ***"clara a previsão contratual e, apesar de os apelantes defenderem a incidência da prática em periodicidade inferior a seis meses, conforme planilha de cálculo da dívida apresentada nos autos de execução, o que se denota é que durante o período de normalidade contratual (16/12/2002 a 20/12/2010) a cobrança dos juros deu-se a cada seis meses"*** (e- STJ, fl. 603). Assim alterar as premissas do acórdão ora recorrido para para concluir de forma diversa que não há previsão contratual como requerem os recorrentes nas razões do recurso especial, demandaria, mais uma vez, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

Por fim, quanto à divergência jurisprudencial no que diz respeito à impossibilidade de cobrança de encargos moratórios em razão da majoração ilícita

Superior Tribunal de Justiça

promovida pela recorrida no contrato rural (e-STJ, fl. 629) demonstra-se deficiente, **pois não houve a indicação de dispositivo de lei federal, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.**

Convém ressaltar, por oportuno, que o referido óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial, tendo em vista que o recorrente não apontou, de forma clara e específica, dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A ESSE TÍTULO. RECLAMO FUNDADO EM DISSENSO JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETUADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS CUJA INTERPRETAÇÃO SEJA DIVERGENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. INTERPOSIÇÃO DE DOIS AGRAVOS INTERNOS CONTRA A MESMA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO INTERNO DE FLS. 365-380 DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO DE FLS. 381-396 NÃO CONHECIDO.

(...)

3. Para interposição do apelo extremo com base na alínea c do permissivo constitucional também é necessária a indicação do dispositivo legal tido por vulnerado, sob pena de incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno de fls. 365-380 desprovido. Agravo interno de fls.

381-396 não conhecido.

(AgInt no AREsp 1178689/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018, grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

**MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.
IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.**

1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018, grifou-se)

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência em R\$ 500,00 (quinhentos reais), em acréscimo ao já fixado para as partes recorrentes (e-STJ, fl. 606).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator